

# Reconfigurar o tempo histórico: Moishe Postone e sua interpretação de Marx<sup>1</sup>

Viren Murthy<sup>2</sup>

Tradução de:

Sérgio Ricardo de Oliveira<sup>3</sup>

*Recebido em março de 2022*

*Aceito em junho de 2022*

Desde a queda dos regimes socialistas em 1989 e a virada da China ao capitalismo de mercado pouco depois, o socialismo e o marxismo parecem ser coisas do passado. As sociedades que alguma vez pareceram resistir ao capitalismo e que legaram a esperança de uma alternativa capitularam, e seu sucesso é agora muitas vezes medido com respeito ao quanto podem desenvolver o capitalismo de mercado. Por exemplo, enquanto a Rússia é criticada por ter resvalado para a corrupção e políticas de tipo mafiosa, acadêmicos e até mesmo esquerdistas chineses elogiaram a China por fazer uma transição bem sucedida ao capitalismo ou ao desenvolvimento de uma forma alternativa de organização do mercado.<sup>4</sup> De forma geral, os marxistas têm passado por tempos difíceis ao tratar das transformações que vêm ocorrendo desde o fim dos anos 1960 até a presente data. Em concreto, eles têm sido incapazes de captar criticamente tanto as sociedades socialistas como as capitalistas enquanto parte de uma forma de dominação global mais ampla. De fato, explícita ou implicitamente, os marxistas têm frequentemente pensado no bloco socialista como uma espécie de alternativa.

---

<sup>1</sup> Texto publicado originalmente sob o título “Reconfiguring historical time: Moishe Postone’s interpretation of Marx” no livro “History and heteronomy: critical essays”, organizado por Viren Murthy e Yasuo Kobayashi, no ano de 2009.

<sup>2</sup> *University of Wisconsin-Madison* (EUA). E-mail: vmurthy2@wisc.edu.

<sup>3</sup> Professor substituto da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). E-mail: serge.rk@gmail.com.

<sup>4</sup> Ver: CUI; UNGER, 1994. Este ensaio argumenta contra o “fetichismo institucional” quando lida com a China e a Rússia, assim defendendo que deveríamos ultrapassar as dicotomias de planejamento e mercado. Se por um lado isso é útil, o ensaio falha em oferecer categorias que expliquem as diferentes respostas da China e da Rússia às grandes transformações no capitalismo.

Após a queda do Muro de Berlim, a ausência de uma alternativa encorajou muitos ex-marxistas a abandonar o marxismo e a afirmar teorias, como o pós-estruturalismo ou a desconstrução. Essas teorias parecem ter a vantagem do abandono de narrativas totalizadoras e projetos grandiosos de emancipação humana. Elas oferecem a possibilidade de criticar a totalização, a racionalização e a burocratização (muitas vezes entendidas sob termos genéricos, como “violência” e “poder”), independentemente de se ocorreram em estados ostensivamente socialistas ou permeiam o capitalismo neoliberal que impera em nosso mundo hoje. Embora essas teorias tenham alguma aquisição crítica, elas são em geral incapazes de explicar as trajetórias históricas dos séculos vinte e vinte e um. E porque os proponentes do pós-estruturalismo não costumam pensar a dominação ou a libertação em termos de dinâmicas e estruturas globais, seus ideais e suas críticas da violência resultam em pouco mais do que alguma forma de liberalismo.

A oposição entre a indeterminação histórica pós-estruturalista e o foco estreito dos marxistas tradicionais na dominação econômica têm, desse modo, levado a um impasse. Por um lado, temos marxistas que enfatizam as relações de poder concretas, mas são incapazes de explicar a maior dinâmica global de dominação que permeou tanto o socialismo estatal como as sociedades capitalistas. No melhor das hipóteses, os marxistas tradicionais se concentram nas relações de classes nos estados socialistas realmente existentes para desenvolver uma crítica extremamente localizada. A partir dessa perspectiva, a dominação socialista parece não ter nenhuma relação com o capitalismo. Por outro lado, os pós-estruturalistas sinalizam uma direção profícua ao tentar captar problemas de maior alcance relativos à totalização. Entretanto, o ponto de partida da crítica do pós-estruturalismo (pode-se adicionar aqui outros pós, como o pós-colonialismo) paga um preço gigantesco, a saber: a incapacidade de lidar com a especificidade histórica do capitalismo. Para desenvolver seus argumentos pós-estruturalistas muitas vezes se invoca algum tipo de conceito em geral transistórico e quase-ontológico, como *différance*, o outro reprimido, espectros, e a lista é quase infinita. Por consequência, eles são incapazes até mesmo de postular a problemática de se a totalização e a racionalização são ou não completamente relacionadas à modernidade capitalista. Seguindo Martin Heidegger e Friedrich Nietzsche, muitas

vezes encontramos os pós-estruturalistas traçando problemas de totalidade e metafísica em Platão e Aristóteles, e situando a violência em categorias, tais como presença e representação. Com tais pressupostos, torna-se impossível examinar se a totalidade e a racionalização são constituídas em relação a uma dinâmica historicamente específica, a saber: o capitalismo.

A interpretação de Moishe Postone da teoria madura do capitalismo de Marx é significativa justamente porque ela fornece uma saída para esse impasse. Por meio de uma leitura atenta de *O capital* de Marx, Postone desenvolve uma teoria do capitalismo em um nível de abstração suficiente para analisar não apenas a lógica subjacente ao socialismo estatal, assim como o estado e as formações econômicas do pós-guerra nas assim chamadas democracias do Atlântico Norte, mas mais importante, seu arcabouço nos permite captar a reprodução de uma certa dinâmica nuclear durante as diferentes fases do capitalismo, como a liberal, a fordista e nossa contemporânea, neoliberal. Na verdade, desde a perspectiva de Postone, tanto os regimes socialistas estatais quanto o modo capitalista do estado de bem-estar do pós-guerra pertencem ao mesmo período do capitalismo centrado no estado, também conhecido como o período fordista do capitalismo (dos anos 1930 aos anos 1970). Essa resposta ao capitalismo tornou-se obsoleta no início dos anos 1970, com o surgimento do modo neoliberal de capitalismo, que agora está perpassando uma grave crise.

Se Postone tivesse parado em seu oferecimento de uma teoria que compreende nosso mundo como parte de uma dinâmica mais ampla do capitalismo, já teria feito uma grande contribuição. Mas ela seria em maior medida acadêmica – um arcabouço com o qual interpretar o mundo, em lugar de transformá-lo. Mas no núcleo do estudo de Postone há justamente o imperativo de mudar o mundo, e fornecer pela primeira vez a possibilidade da liberdade. Postone argumenta que a possibilidade da emancipação humana é ao mesmo tempo impedida e permitida pelo capitalismo. Para entender esse ponto seria útil situar seu estudo na relação com os marxistas tradicionais e as teorias associadas a Georg Lukács e à Escola de Frankfurt. Uma vez que de forma geral Postone desenvolve seu posicionamento em resposta ao marxismo tradicional e se apoia na crítica da Escola de Frankfurt ao marxismo tradicional, começarei com um breve panorama do marxismo tradicional e o posicionamento da

Escola de Frankfurt. Depois introduzirei certos aspectos centrais do estudo de Postone, concentrando-me mais especificamente em como ele desenvolve uma teoria do tempo histórico e da emancipação humana ao criticamente referenciar-se na obra de Lukács. De passagem, avalio brevemente as críticas recentes ao trabalho de Postone feitas por Peter Osborne e Christopher J. Arthur.

### **O marxismo tradicional e a possibilidade de o socialismo surgir do capitalismo**

No fim do século dezenove e no início do vinte, os marxistas em geral descreviam a história como consistindo de uma sequência de estágios, incluindo-se a sociedade escravista, o feudalismo, o capitalismo, o socialismo e o comunismo. Eles argumentavam que o socialismo surgiria das contradições do capitalismo, e mais especificamente do conflito entre operários e capitalistas. A partir dessa visão, o capitalismo diferiria dos modos de produção anteriores porque, na sociedade capitalista, os laços políticos manifestos ou hierarquias que interligavam as pessoas foram dissolvidos. Por exemplo, no Ocidente, os posicionamentos do servo e do senhor foram derrubados e, com o surgimento do capitalismo, as pessoas tiveram de satisfazer suas necessidades comprando e vendendo mercadorias para conseguir dinheiro. A maior parte das pessoas na sociedade capitalista não tem nada para vender exceto sua força de trabalho, e eles a vendem aos capitalistas que possuem os meios de produção. O capitalista consegue o mais-valor ao comprar trabalho no mercado para depois vender os produtos desse trabalho por um preço maior do que pagou pelo trabalho. Ele/ela gere de maneira a aumentar os lucros e assim ambiciona espremer o mais que se possa do trabalho dos operários. De acordo com essa leitura básica do marxismo, no fim, os trabalhadores não tolerariam ser explorados, e quando percebessem que não têm nada a perder, além das correntes que os forçam a vender trabalho, se revoltariam e criariam uma nova sociedade, na qual os meios de produção são coletivamente adonados coletivamente pelos trabalhadores.

A partir da perspectiva acima, a possibilidade do socialismo está contida nas contradições do capitalismo. Há uma série de motivos para isso. Por exemplo, é somente no capitalismo que surge uma classe que é livre dos laços hierárquicos

transparentes e, ainda assim, é sistematicamente explorada. Além disso, para aumentar o mais-valor, os capitalistas enfatizaram o desenvolvimento da tecnologia e da ciência, mas isso demanda um novo modo de produção (ou novas relações de produção), a saber: o socialismo.

Essa visão do movimento do socialismo postula um sujeito transistórico, a saber, o trabalho, que deve ser a base da produtividade em todas as sociedades, mas que ganha autoconsciência no capitalismo porque os trabalhadores são libertos dos laços hierárquicos manifestos. Na verdade, com essa visão, a evolução de um modo de produção a outro é em larga medida uma necessidade proveniente da produtividade crescente do trabalho. Desse modo, desde a perspectiva do marxismo tradicional ou ortodoxo, a transição do capitalismo ao socialismo seria basicamente a mesma de qualquer modo de produção. Obviamente, a importância da negação do capitalismo superaria largamente as mudanças anteriores no modo de produção porque a abolição do capitalismo representa a realização do sujeito histórico, ou seja, o trabalho, e essa realização é sinônima de emancipação humana, que seria o objetivo da história.

### **A resposta da Escola de Frankfurt, Moishe Postone e sua leitura de Marx**

O marxista húngaro, Georg Lukács, em seus estudos iniciais, e sobretudo os acadêmicos da Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno e Max Horkheimer, produziram contribuições inovadoras para a teoria marxista ao desconectar o capitalismo de um arcabouço estreito de análise de classes e ao alargar suas análises para incluir o que Max Weber chamara de racionalização. Daí que o marxismo poderia agora explicar as grandes burocracias que surgiram depois da Grande Depressão em todo mundo. Suas teorias difeririam de muitos marxistas na época, que, por sua vez, defenderiam as burocracias nos países socialistas, alegando que tais regimes combatiam o capitalismo e representavam a classe operária. Na visão de Adorno e Horkheimer, as burocracias que envolveram o mundo eram na verdade expressões de uma lógica, a saber: a da forma-mercadoria ou o capitalismo. Em outras palavras, seguindo Lukács, eles declaram que tanto o regime jurídico moderno quanto o lado do valor de troca da forma-mercadoria implicam o mesmo tipo de indiferença à

particularidade. Do ponto de vista do valor de troca, qualquer mercadoria pode ser trocada por outra, uma vez que todas elas representam quantidades de valor; desse modo, o uso específico e a particularidade das mercadorias são negados. Analogamente, em um sistema jurídico moderno, a lei opera independentemente da particularidade individual. Eles argumentam que com o surgimento de fortes burocracias, essa indiferença à particularidade havia se tornado cada vez mais totalizadora. Entretanto, isso lhes deixou um problema, a saber: não podiam explicar como uma sociedade pós-capitalista seria possível. Porque Adorno e Horkheimer haviam renunciado o trabalho como o sujeito transistórico, eles somente puderam contar com pontos de vista vagos para resistir à racionalização totalizadora do capitalismo, tais como as ideias de Adorno sobre negatividade radical. As visões da Escola de Frankfurt, como aquelas dos pós-estruturalistas podem ser profícuas, mas apenas quando conectadas à dinâmica contraditória do próprio capitalismo. Na visão de Postone, uma parte fundamental dessa análise envolve um retorno ao papel do trabalho no capitalismo.

Postone se volta aos textos de Marx para formular uma teoria que seja capaz de seguir Adorno e Horkheimer na fundamentação da racionalização moderna no capitalismo, mas ele ecoa Lukács ao fazer do trabalho a parte central de sua análise. Em outras palavras, por meio de sua leitura de Marx, Postone mostra o caminho pelo qual a natureza abstrata da modernidade está fundamentada em um novo tipo de mediação pelo trabalho. A primeira linha de *O capital* de Marx nos diz que a riqueza nas sociedades capitalistas aparece como uma imensa aglomeração de mercadorias. Tudo em nossa vida, como as roupas que vestimos, a comida que comemos e os lares onde vivemos são adquiridos ou alugados na qualidade de mercadorias. Essas mercadorias são produtos do trabalho de outras pessoas, que devemos comprar com o dinheiro que obtemos por meio de nosso trabalho. Este é um modo pelo qual a vida na sociedade capitalista é mediada pelo trabalho.

Enquanto os marxistas ortodoxos concebem o trabalho transistoricamente, Postone ressalta que o trabalho no capitalismo é historicamente específico e que o trabalho ele mesmo, em lugar de ser o ponto de partida da crítica, deve se tornar o alvo da crítica. Em outras palavras, na visão de Postone, o trabalho nem sempre executou

essa função mediadora universal. Na sociedade pré-capitalista, os laços hierárquicos eram muitas vezes mais importantes que o trabalho direto. Além do mais, embora não se negue que capitalistas e operários estejam envolvidos em uma série de lutas significativas por interesses conflitantes, a lógica do capital e a forma-mercadoria operam em um nível mais profundo e fornecem as condições para a possibilidade dessa luta. Posto de maneira simples, quando o proletariado luta por maiores salários, jornadas mais curtas, ou mesmo maiores benefícios, eles combatem na arena de produção generalizada de mercadorias e contra os capitalistas que almejam o crescimento dos lucros. Os termos dessas lutas são determinados pela forma-valor e nunca apontam nelas mesmas um lugar para além do capitalismo. Além disso, Postone assevera que ao afirmar-se a sua identidade como operários, o proletariado na verdade reafirma a característica fundamental do capitalismo, a saber: a mediação pelo trabalho e a criação de uma classe de trabalhadores. Voltaremos a esse ponto ao fim desse ensaio. Agora devemos observar que, segundo Postone, o que faz o capitalismo algo de singular não é a formação de uma classe capitalista, mas o surgimento de um proletariado e uma sociedade mediada pelo trabalho. Portanto, Postone nos deixa uma perspectiva interessante para a famosa frase de Marx contida no *Manifesto comunista*, a saber: “A história de toda sociedade até agora é a história da luta de classes” (MARX, 1996, p. 1). Na visão de Postone, o Marx de *O capital* não mantinha uma visão tão transistórica das classes. A partir da perceptiva do último Marx, a luta de classes torna-se uma parte central da história apenas no capitalismo. Em outras palavras, os modos pré-capitalistas de vida não são caracterizados por uma dinâmica totalizadora, e as classes têm uma função distinta nesses casos. Portanto, o próprio termo história deve ser entendido de forma distinta quando se analisa a sociedade capitalista.

### **A temporalidade do mais-valor relativo e a possibilidade da emancipação humana**

Os comentários de Postone quanto ao proletariado não o levam a um pessimismo sobre as perspectivas de criação de uma sociedade pós-capitalista. Ele não só fundamenta a possibilidade da sociedade pós-capitalista em um movimento

proletário; ele situa o potencial para a transformação histórica nas contradições do capitalismo conectadas à produção de mais-valor relativo. Os leitores de Marx se familiarizarão com a ideia de mais-valor relativo e a famosa fórmula  $D-M-D'$ , em que  $D$  se refere ao dinheiro com o qual o capitalista compra a força de trabalho mercantilizada e  $D'$  se refere ao dinheiro que o capitalista consegue ao vender os produtos feitos com o trabalho. O capitalista busca maximizar a diferença entre  $D$  e  $D'$  ou o mais-valor, e menciona duas formas de fazê-lo. Uma é criar o “mais-valor absoluto”, que envolve o aumento da jornada de trabalho, mas isso se depara com certos limites naturais. Portanto, a maneira mais marcante de criar mais-valor é quando se aumenta a velocidade com que os trabalhadores produzem. Os capitalistas o fazem ao implementar novos modos de organização e ao desenvolver o uso da maquinaria e da tecnologia; em poucas palavras, quando da criação do mais-valor relativo.

A criação de mais-valor relativo envolve uma dialética entre duas espécies de tempo: o tempo abstrato e o “tempo histórico”. Na sociedade capitalista, os assalariados são pagos por hora, e na medida em que cada hora é de 60 minutos, estamos lidando aqui com o tempo abstrato, ou nos termos de Postone, o tempo como uma variável independente. Postone distingue essa ideia de tempo, como uma “variável independente” ou o tempo abstrato, do tempo concreto ou o tempo como uma “variável dependente”. Em geral, o tempo como uma variável dependente se refere ao tempo das sociedades pré-modernas, em que o tempo era uma função de mudanças concretas, tais como as mudanças das estações ou o movimento do sol.

Porém, ele afirma que o próprio capitalismo tem um tipo singular de tempo concreto, o qual Postone chama de tempo histórico. Eis como Postone descreve esse movimento em seu seminal livro, *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*:

O movimento resultante da determinação substancial do tempo abstrato não pode ser expresso em termos temporalmente abstratos; ele requer outro quadro de referência. Esse quadro pode ser concebido como um modo de tempo concreto. Em outro lugar, defini o tempo concreto como qualquer tipo de tempo que seja uma variável dependente – uma função de eventos e ações. Já vimos que essa interação das duas dimensões do trabalho-mercadoria é tal que os aumentos gerais na produtividade movem a unidade temporal abstrata

“para frente no tempo”. A produtividade, de acordo com Marx, é fundamentada no caráter social da dimensão do valor de uso do trabalho. Portanto, esse movimento do tempo é uma função da dimensão do valor de uso do trabalho na medida em que ele interage com o quadro de valor, e pode ser entendido como uma espécie de tempo concreto. Ao investigarmos a interação do trabalho concreto com o trabalho abstrato, que reside no centro da análise do capital em Marx, descobrimos que um traço do capitalismo é um modo de tempo (concreto) que expressa o movimento do tempo (abstrato) (POSTONE, 1993, p. 293).

O tempo concreto como tempo histórico se refere ao seguinte fenômeno: por conta do desenvolvimento da tecnologia, uma única hora pode se tornar mais densa – a quantidade que alguém pode e deve produzir em uma hora aumenta. Esses aumentos na tecnologia estão ligados à produção de mais-valor e tais aumentos refletem o lado do valor de uso do trabalho ou a maneira pela qual o trabalho produz riqueza. Postone se refere especificamente à seguinte passagem de Marx, o que é válido citar integralmente porque ajuda a explicar um ponto crucial, a saber: a distinção entre valor e riqueza.

Em si mesmo, um aumento na qualidade dos valores de uso constitui um aumento na riqueza material (*stofflichen Reichtum*). Dois casacos vestirão dois homens, um casaco vestirá somente um etc. No entanto, um aumento na quantidade da riqueza material pode corresponder a uma queda simultânea na magnitude desse valor. Esse movimento contraditório surge do duplo caráter do trabalho. Por “produtividade”, naturalmente, sempre queremos dizer a produtividade do trabalho útil concreto; na verdade, isso determina apenas o grau de efetividade da atividade produtiva dirigida a um dado objetivo em um certo período de tempo. O trabalho útil se torna, portanto, uma fonte mais ou menos abundante de produtos em proporção direta, ao passo que sua produtividade aumenta ou diminui. Contra isso, entretanto, as variações na produtividade não têm nenhum impacto no próprio trabalho representado em valor. Como a produtividade é um atributo do trabalho em sua forma útil concreta, ela naturalmente deixa de ter qualquer relação com esse trabalho assim que nos abstraímos de sua forma útil concreta. O mesmo trabalho, portanto, executado no mesmo lapso de tempo, sempre rende a mesma quantidade de valor, independentemente de quaisquer variações na produtividade. Mas ela fornece diferentes quantidades de valor de uso durante períodos de tempo iguais; mais, se a produtividade aumenta; menos, se ela cai. Por esse motivo, a mesma mudança na produtividade que aumenta a frutificação do trabalho, e portanto, a quantidade de valores de uso produzida por ele, também provoca uma redução de valor dessa quantidade total aumentada, se ela reduz a quantidade total de tempo de trabalho necessário para produzir os valores de uso. O inverso também é verdadeiro (MARX, 1990, p. 136-137).

Quando os aumentos na tecnologia são esporádicos e limitados a uma empresa, ou mesmo a poucas empresas, a média não é afetada a um grau significativo e, portanto, as empresas munidas de tecnologia avançada podem capitalizar a sua habilidade de produzir mais rapidamente e aumentar seu mais-valor. Elas são capazes de explorar mais força de trabalho em uma dada hora do que seus concorrentes. Entretanto, na visão de Marx, a tendência na sociedade capitalista volta-se à média decrescente do tempo de trabalho necessário para produzir uma certa mercadoria, porque as outras empresas necessitarão aumentar sua taxa de produtividade para permanecer no páreo e concorrer com capitalistas munidos de maiores potencialidades tecnológicas. Nesse caso, o valor das mercadorias individuais decresce, uma vez que a média de tempo de trabalho necessário requerido para produzi-las diminui. Por consequência, o valor total produzido tende a permanecer constante, já que isso é demandado para se produzir mais em cada hora individual. Uma vez que a velocidade média de produção aumenta e, como consequência, as empresas precisam produzir mais somente para existir e produzir a mesma quantidade de valor, Postone chama isso de “efeito passadeira” ou a “dinâmica de passadeira”.

O tempo histórico se refere ao constante aumento na produtividade criado pelas máquinas e tecnologias avançadas. Embora a quantidade total de valor produzido tenda a permanecer constante, a quantidade de riqueza ou de valores de uso produzidos aumenta. Em um primeiro momento, se poderia perguntar o porquê de o aumento tecnológico ser chamado de “tempo histórico”. Mas devemos considerar que na visão de Postone, as vastas mudanças históricas no capitalismo – do modo liberal, ao fordista e, depois, ao neoliberal – são impulsionadas por essa dialética entre os aumentos na produtividade e a reconstituição dos padrões da hora de trabalho. Especificamente, conforme a produtividade e a velocidade da produção aumentam, provoca-se uma crise relativa, dentre outras coisas, à superprodução e à incapacidade de realizar valor no mercado. Para lidar com essa crise, os estados muitas vezes dão início a novas formas de organização política.

Tais crises são muitas vezes relacionadas à diferença entre o tempo histórico e o abstrato, que, por sua vez, reflete o fosso entre valor, medido em termos de média do tempo de trabalho necessário, e riqueza, que se refere aos produtos concretos ou

valores de uso produzidos (e que devem ser adquiridos/consumidos para reproduzir o ciclo D-M-D'). Marx expressou a distinção entre riqueza e valor na passagem citada acima ao distinguir o lado do valor de uso do trabalho e a produção de valor. Note-se que o aumento na produtividade aumenta a riqueza material (*stoffliche Reichtum*), o que irá diminuir o valor porque menos tempo de trabalho é gasto. Na visão de Postone, a dialética entre riqueza e valor ou tempo histórico e abstrato incorpora uma contradição, que, em última análise, aponta para um novo futuro. Em outras palavras, conforme a tecnologia se aperfeiçoa, o trabalho assalariado se torna obsoleto, mas ao mesmo tempo, o modo de produção capitalista se organiza em torno da exploração do trabalho assalariado; o valor é medido em termos de tempo de trabalho. Por conta dessa dinâmica baseada na exploração, a produtividade ampliada via tecnologia não beneficia o trabalhador ou as pessoas em geral, mas muitas vezes conduz a crises econômicas e desemprego. Na sociedade capitalista, conforme os avanços tecnológicos tornam o trabalho assalariado menos necessários, o resultado natural é o desemprego. Entretanto, esses desenvolvimentos tecnológicos também tornam o capitalismo – uma sociedade organizada em torno do trabalho na fábrica, capitalistas e mais-valor – obsoleto, e isso conduz a que as pessoas desvinculem os avanços tecnológicos da lógica do mais-valor e organizem democraticamente a potência produtiva em benefício da humanidade, e não para a criação de mais-valor. Nesse caso, a história deixa de ser uma “dinâmica de passadeira alienante” que controla as vidas das pessoas, para que, na sociedade pós-capitalista, pela primeira vez, ela seja produzida coletivamente.

No entanto, a efetivação dessa possibilidade não é uma consequência natural da sociedade do capital; é um projeto político que deve negar a ligação entre o tempo histórico e o tempo abstrato que é peculiar ao capitalismo. Retornaremos a esse problema quando lidarmos com as críticas de Postone a Lukács na última sessão desse ensaio. Mas primeiro me voltarei a uma recente crítica à ideia do tempo histórico em Postone, uma vez que responder a essa crítica nos permite entender mais plenamente os objetivos e parâmetros de seu projeto.

## A crítica de Peter Osborne a Postone

Recentemente, Peter Osborne criticou o conceito de tempo histórico de Postone da seguinte maneira:

Postone se equivoca (na pior das hipóteses, simplesmente cai em contradição) quanto ao tempo histórico. Por um lado, é ocasionalmente tratado como forma sinônima do tempo concreto, como o tempo dos eventos; por outro lado, é visto como o resultado da relação dinâmica entre o tempo abstrato (enquanto o tempo universalizante do capital) e o tempo concreto. Em nenhum dos casos ele é situado no contexto da complexa ontologia do humano; ou teorizado em relação ao próprio conceito de tempo (OSBORNE, 2008, p. 19).

A crítica de Osborne se torna clara quando retornamos à passagem acima citada do livro de Postone: “Desvelamos que um traço do capitalismo é um modo de tempo (concreto) que expressa o movimento do tempo (abstrato)”. Osborne se refere a uma ambiguidade no texto de Postone entre dois tipos de tempo concreto, a saber: o tempo concreto nas sociedades pré-capitalistas, em que este é uma função de mudanças concretas; e o tempo concreto como tempo histórico na sociedade capitalista. Em suma, ele afirma que Postone tem duas definições de tempo histórico no capitalismo: é tanto o tempo concreto enquanto tempo dos eventos quanto o resultado de uma relação dinâmica entre o tempo abstrato e o tempo concreto.

Na última frase da passagem citada acima, Osborne sugere que Postone fracassou em situar o tempo histórico ou concreto na ontologia do humano, ou o próprio conceito de tempo. Esse comentário mostra que Osborne não entendeu o projeto de Postone e portanto é útil começar por responder a essa questão para retomar as complexidades semânticas das formulações de Postone. O projeto de Postone explicitamente evita ideias como “a ontologia do humano” ou “o próprio conceito de tempo”, uma vez que seu alvo principal é historicizar tanto a produção da ontologia como o conceito de tempo. Obviamente, ele não iria negar que há elementos que agora aparecem como universais à condição humana, mas esses elementos não são o ponto de partida de uma crítica do capitalismo. Além disso, Postone fundamentaria

essa aparição e o tipo de continuidade que ela pressupõe nos conceitos de tempo produzidos pelo capitalismo.<sup>5</sup>

Tanto o tempo histórico quanto o tempo abstrato são singulares à dinâmica do capitalismo, em lugar de ser parte de uma ontologia transistórica do humano. Na visão de Postone, não há dinâmica histórica totalizadora antes do capitalismo e portanto não se pode mencionar o tempo histórico naquela época. Além disso, enquanto é possível argumentar que houve instâncias esporádicas de tempo abstrato, como o tempo da *Física* de Aristóteles, tal conceito de tempo não era generalizado e não se desenvolveu na forma de um sistema de dominação social antes do advento do capitalismo. Por tal, na visão de Postone, não é somente incorreto se referir a um conceito universal de tempo para toda a humanidade, é provavelmente equivocado supor que as sociedades pré-capitalistas tinham um conceito de tempo governando suas várias formas de vida.

Portanto, entender as ambiguidades associadas ao uso do termo tempo concreto em Postone é útil para se concentrar no processo ao qual ele se refere. O que marca o tempo histórico é precisamente que ele está ligado a um aumento na produtividade que os capitalistas promovem quando da produção do mais-valor relativo. O tempo histórico ou o tempo do mais-valor relativo é concreto no sentido de que não pode ser captado pelas meras determinações abstratas, como a hora; antes, ele se refere ao caminho pelo qual a própria hora se torna mais densa com o aumento tecnológico e a produtividade geral. Entretanto, esse tipo de concretude é singular uma vez que o movimento da hora depende da mediação com o tempo abstrato. Sem o tempo abstrato, não haveria a dinâmica de passadeira associada às compulsões relativas ao padrão do tempo de trabalho necessário médio. Esse padrão abstrato obriga as empresas, ou a sair do mercado ou a aumentar a produtividade.

---

<sup>5</sup> O equívoco de Peter Osborne é surpreendente, já que seus textos muitas vezes sustentam uma semelhança incrível com *Tempo, trabalho e dominação social* de Postone. Em especial, ele também parece querer historicizar a produção da continuidade no tempo. Em seu livro, *The politics of time*, ele critica o “historicismo” por conta de “um restabelecimento de uma continuidade abstrata com o passado em uma forma meramente cronológica e naturalizada” (OSBORNE, 1995, p. 140). Ele também discute essa forma da continuidade ao fazer uma analogia do dinheiro no capitalismo com o tempo abstrato. As próprias evocações de um conceito de tempo parecem pressupor justamente uma continuidade abstrata. Além disso, como Postone, Osborne tampouco fundamenta a possibilidade da emancipação humana em uma dinâmica transistórica ligada à classe operária, mas na diferença entre valor e riqueza (OSBORNE, 2008, p. 21).

Então, quando lemos a frase de Postone, o movimento do tempo “pode ser entendido como um tipo de tempo concreto”, é importante enfatizar que “tipo” de tempo concreto é esse. Em suma, o tipo de tempo concreto no capitalismo e nas sociedades pré-capitalistas são qualitativamente diferentes. Primeiramente, nas sociedades pré-capitalistas, o tempo concreto não se refere a uma dinâmica totalizadora, nem se refere a uma tentativa reflexiva de captar essa sociedade. De fato, quando usamos o termo “tempo concreto” para descrever as práticas associadas à sociedade pré-capitalista, o fazemos de um ponto de vista que está fora daquela sociedade, para destacar a especificidade histórica do capitalismo. Nas sociedades pré-capitalistas, o tempo concreto foi muitas vezes associado a vários sistemas simbólicos, que dão significado a eventos e ações, tais como as mudanças sazonais. O tempo histórico no capitalismo, por outro lado, é concreto quando comparado ao tempo abstrato no capitalismo, mas sua concretude não é realmente uma função dos eventos. Antes, a concretude do tempo histórico no capitalismo reside no aumento de produtividade e esse tipo de tempo é cego e não inatamente conectado a um mundo simbólico. Além disso, ao contrário do tempo abstrato com o qual interagimos todos os dias, e o usamos para marcar nossos compromissos, o tempo histórico é uma dinâmica que molda nossas vidas sem que o percebamos como tal.

O tempo histórico no capitalismo é sempre mediado pelo tempo abstrato, uma vez que no capitalismo, a riqueza é mediada pelo valor. Postone discute o tempo histórico como o tempo do lado qualitativo, já que representa a produção de valores de uso. Entretanto, o tempo histórico nos aparece em termos quantitativos, como um aumento na quantidade de valores de uso ou como um aumento na velocidade da produção. Mas esse fosso nos leva de volta à possibilidade da emancipação humana. Postone observa que a dialética acima nem sempre precisa governar nossas vidas. Ele afirma que se pode produzir riqueza sem a mediação do valor.

A dinâmica dialética [entre o tempo histórico e o tempo abstrato], de fato, faz surgir a possibilidade histórica de que a produção baseada no tempo histórico possa ser constituída separadamente da produção baseada no tempo presente abstrato – e de que a interação alienada do passado com o presente, característico do capitalismo, possa ser superada (POSTONE, 1993, p. 301).

Como no caso de sua discussão do tempo concreto na passagem citada acima, deve-se ter cuidado para não se deixar levar pelas ambiguidades semânticas associadas ao termo “tempo histórico”. Na visão de Postone, não há tempo histórico antes do capitalismo, e no capitalismo o tempo histórico é precisamente mediado pelo tempo abstrato. Nesse caso, o que seria a produção baseada no tempo histórico separado da produção fundada no tempo abstrato? Na verdade, quando o tempo histórico se afasta da compulsão relativa ao tempo abstrato, ele deixa de ser o tempo histórico que conhecemos. A história não seria mais uma dinâmica descontrolada em relação à produção de mais-valor; ela se tornaria produção para o uso que é mediado pelas pessoas coletivamente controlando a produção. Nesse caso, a história deixa de ser uma dinâmica alienante e totalizadora que controla as pessoas; na sociedade pós-capitalista, as pessoas criam a história juntas.

Além disso, a possibilidade de que as pessoas coletivamente reconfigurem o tempo histórico e o tenham sob seu controle surge da dinâmica alienante do capital, que pela primeira vez apresenta uma mediação que conecta as pessoas em todo o mundo. Reconfigurar o tempo histórico envolve uma espécie de remediação das relações sociais feitas por meio de alianças, em lugar de uma interdependência cega que age às costas dos produtores. Há uma série de condições que devem ser satisfeitas antes de que as pessoas possam reconfigurar a história. Por exemplo, elas necessitariam criar novas formas de identidade que facilitassem a cooperação para além dos estados-nação, que têm condicionado a história nos últimos séculos. De certa forma, as bases para essas novas formas de identidade já foram assentadas porque o capital é já uma dinâmica transnacional, que age como o sujeito da história. Mas, de novo, para que as pessoas neguem o capitalismo, elas precisam considerar o que é dado a elas sob a forma alienada e muni-lo de controle consciente. Isso, naturalmente, envolve o estabelecimento de novas instituições que facilitarão o tipo de coordenação exigido para fomentar e desenvolver o controle coletivo em larga escala. Essas são todas problemáticas que vão para além do escopo dessa introdução, mas retomarei agora uma grande problemática na leitura postoniana de Marx, a saber: o papel da classe operária na renegação do capitalismo como sujeito da história.

## ***Como se nega o capitalismo?: a crítica de Postone a Lukács e o papel da classe operária***

A teoria do capitalismo de Postone nos mostra como as contradições desse sistema produzem a possibilidade de uma espécie diferente de sociedade, não mediada pelo trabalho e pela dinâmica de passadeira. Entretanto, não é clara a espécie de prática política exigida para realizar essa sociedade. Postone reserva muito tempo se distinguindo dos marxistas tradicionais, os quais, por sua vez, defendem a classe operária com o sujeito da história. Seu objetivo principal é captar o papel da classe operária na relação com a natureza da história no capitalismo. Em um ensaio recente sobre Georg Lukács, ele se concentra especificamente no problema da história e do tempo, no que se refere à emancipação humana. Ele exprime suas críticas a Lukács, citando a seguinte passagem de *História e consciência de classe*:

A imagem de uma realidade congelada que, no entanto, é capturada por um movimento fantasmagórico incessante torna-se imediatamente significativa quando a realidade é dissolvida no processo pelo qual o homem é a força motriz. Isso só pode ser visto do ponto de vista do proletariado, porque o significado dessas tendências é a abolição do capitalismo, e, assim, para a burguesia se tornar consciente delas seria o mesmo que suicídio (LUKÁCS, 1971, p. 181).

Postone contrasta o posicionamento de Lukács ao de Marx da seguinte forma:

A forma da mediação constitutiva do capitalismo, na análise de Marx, dá lugar a uma nova forma de dominação social – a que sujeita as pessoas a imperativos e limites estruturais e impessoais cada vez mais racionalizados. É a dominação das pessoas pelo tempo. Essa dominação temporal é real, e não fantasmagórica (POSTONE, 2009, p. 78).

Os problemas na interpretação da passagem acima de Lukács e a crítica de Postone a ela são agravados por infelicidades na tradução inglesa de Lukács. A passagem de Lukács provavelmente seria melhor traduzida como:

Essa imagem de movimento contínuo e de estática espectral torna-se significativa quando essa estática é dissolvida em um processo pelo qual o homem é a força motriz (LUKÁCS, 1968, p. 367).

Baseando-se na tradução da passagem, Lukács quer criticar tanto as dimensões congeladas quanto as moventes do capitalismo, desde um ponto de vista em que o homem é a força motriz. Mas como deveríamos entender a problemática de se essa dominação temporal é real ou espectral? Um olhar mais atento à passagem mostra que Lukács provavelmente concordaria com Postone em que a dominação temporal no capitalismo é ao mesmo tempo real e espectral.

Traduzindo “gespenstischen” como fantasmagórico, o tradutor enterra a maneira pela qual Lukács se apoia em uma passagem específica de *O capital*, de Marx. Lukács começa a primeira seção deste ensaio, “Reificação e a consciência do proletariado”, com os seguintes comentários:

A essência da estrutura da mercadoria foi apontada muitas vezes. Seu fundamento é que uma relação entre as pessoas toma o caráter de uma coisa e portanto adquire uma “objetividade espectral” (*gespenstige Gegenständlichkeit*) (ibid., p. 257).<sup>6</sup>

Aqui, o termo objetividade espectral se refere à passagem de *O capital* de Marx, que observa que, uma vez que desconsideramos o valor de uso das mercadorias,

tudo o que sobra em cada caso é a mesma objetividade espectral (*gespenstige Gegenständlichkeit*), pura geleia (*eine bloße Gallerte*) de trabalho humano indiferenciado (MARX, 2007, p. 52).<sup>7</sup>

Esse trabalho indiferenciado é precisamente o que Postone descreve como trabalho abstrato, que é a forma de trabalho que medeia a sociedade capitalista. “O trabalho abstrato’, como uma função mediadora historicamente específica do trabalho, é o conteúdo, ou melhor, “a ‘substância’ do valor” (POSTONE, 2009). Nesse contexto, podemos argumentar que o ponto básico de Lukács se sobrepõe à passagem acima citada do livro de Postone, onde ele afirma que o tempo histórico pode ser constituído separadamente do tempo abstrato. Afinal, essa seria a situação em que a humanidade se torna a força motriz da história tanto para Lukács como para Postone. A diferença

<sup>6</sup> Lukács, *inglês*, p. 83; *alemão*, p. 257. A tradução inglesa de Lukács pode ser confusa porque o tradutor não traduz de modo consistente o termo “gespenstige”. Nessa passagem, ele o traduz como “fantasmático”, que é precisa e de fato corresponde à tradução da passagem relevante de *O capital* de Marx, mas perdemos a conexão com o termo de uso tardio de Lukács.

<sup>7</sup> Ver também (ARTHUR, 2004b, p. 171).

entre os dois reside no fato de que na visão de Postone as pessoas se tornam a força motriz da história somente quando elas abolem o trabalho proletário, enquanto a partir da perspectiva de Lukács, o proletariado realiza esse objetivo da humanidade.

Postone ressalta que o trabalho abstrato é tanto a forma quanto o conteúdo do valor e, assim, afirma que o trabalho é inextricavelmente ligado ao capital. Além disso, na visão de Postone, porque a característica fundamental do capital é a mediação via trabalho, não se pode simplesmente contar com a classe operária para negar o capitalismo. Portanto, em vez de realizar o sujeito da história na forma do trabalho, segundo Postone, os marxistas deveriam buscar negar o sujeito da história, isto é, o capital.

Em outras palavras, para Postone, em lugar do trabalho, o capital é o sujeito da história. Postone explica esse ponto fazendo uma comparação com o Espírito de Hegel:

Para Hegel, o Absoluto, a totalidade das categorias subjetivas e objetivas, fundamenta a si mesmo. Enquanto uma “substância” automovente que é “Sujeito”, é a verdadeira causa *sui*,<sup>8</sup> assim como o ponto de chegada de seu próprio desenvolvimento. Em *O capital*, Marx apresenta as formas subjacentes da sociedade determinada pela mercadoria como constituintes do contexto social em noções, tais como a diferença entre essência e aparência, o conceito filosófico de substância, a dicotomia do sujeito e do objeto, a noção de totalidade e, no nível lógico da categoria de capital, o desdobramento da dialética do idêntico sujeito-objeto (POSTONE, 1993, p. 156).

Em certo sentido, esse é a verdadeira virada de ponta cabeça que Marx faz de Hegel, uma vez que, ao contrário de Lukács, quem substitui o sujeito transhistórico de Hegel, a saber, o Espírito, pela classe operária, Marx historiciza a dinâmica do Espírito de Hegel ao alegar que a lógica hegeliana é na verdade a lógica do capital. Além disso, segundo Postone, o capitalismo é singular ao ter uma lógica imanente totalizadora, e mais tarde, pensadores e teóricos sociais muitas vezes transpõem de modo anacrônico essa lógica a outros períodos, para desenvolver uma “teoria da história” abrangente.

Do ponto de vista de Postone, o capital é um sujeito histórico que se comporta de várias formas como o Espírito hegeliano; entretanto, ao contrário do Espírito de Hegel, o capital é cego e se move na direção da produtividade aumentada. Trata-se de

---

<sup>8</sup> Nota do Tradutor: *Causa sui*: causa de si mesmo, conforme também a “substância” em Spinoza, categoria moderna a partir da qual Hegel se informa para produzir a de “Espírito”.

um sujeito, mas não tem subjetividade, conhecimento, autoconhecimento, nem um telos. Recentemente, Christopher J. Arthur explicou como algo feito o capital, que não tem subjetividade, poderia ainda ser um sujeito. Diz ele:

De um ponto de vista hegeliano, a capacidade mais abstrata de um sujeito, aquilo que permite sua liberdade, é a capacidade de ordenar as coisas em seu conceito universal e tratá-las de acordo. Essa é a maneira pela qual as mercadorias heterogêneas são postas pelo capital como portadoras de valor e mais-valor, a substância universal do capital, e o modo como o processo de produção é moldado para maximizar a valorização. Isso significa que nos deparamos com um ‘Sujeito’ aqui, ainda que de um tipo lógico, em lugar de um feito de carne e osso. Além disso, os momentos complementares da consciência, saber etc. são assegurados na medida em que essa estrutura de valorização impõe sua lógica nas personificações do capital, isto é, os donos e os gerentes (ARTHUR, 2004a, p. 95-96).

Os comentários de Arthur são úteis para explicar como Postone concebe o capital como sujeito, mas critica Postone por não reconhecer que a classe operária seria o anti-sujeito da história, que pode negar o capitalismo.<sup>9</sup> Vimos que Postone rejeita a

---

<sup>9</sup> Há outros aspectos da crítica de Arthur que ultrapassam o escopo desse ensaio. No entanto, porque algumas críticas de Arthur se repetem com as de outros no volume 12.3 de *Historical materialism*, que se devotou ao livro de Postone, lidarei rapidamente com uma das críticas dele nessa nota de rodapé. Arthur resume o estudo de Postone da seguinte forma: “Ele apresenta a noção de trabalho abstrato de uma forma distinta da de Marx, que o traz como a substância do valor. Antes, Postone afirma que, na troca generalizada de mercadorias, o trabalho é abstrato no sentido de que, enquanto sua própria atividade é concreta e cria um produto específico, ele aparece socialmente como um meio de aquisição de todo e qualquer produto mediante o mecanismo da troca; daí a sua especificidade concreta ser deslocada e tomar a forma da generalidade abstrata. É somente porque todos os trabalhos assim realizados estão integrados em uma totalidade social especial que seus produtos assumem a forma de valor. Esse argumento me atinge como quando se põe uma carroça à frente do boi. Em uma economia de troca como essa, o trabalho certamente não tem a forma de um meio de aquisição em geral, mas apenas parcialmente, se se quer encontrar aquele interlocutor que por acaso tem uma necessidade particular do que se oferece. É somente em uma economia do dinheiro que o trabalho se torna um meio de aquisição em geral. A sequência de condicionamento não funciona: trabalho abstrato→valor→dinheiro, mas o inverso. O dinheiro põe todas as mercadorias como valores, e sua postulação de valor traz a identidade abstrata dos trabalhos incorporados em todos os produtos” (ibid., p. 99). Primeiramente, vimos que Postone assevera explicitamente que o trabalho é a substância do valor. Mas mais especificamente, aqui, em lugar de Postone, parece que é Arthur quem está pondo a carroça à frente do boi, uma vez que ele confere ao dinheiro o poder de colocar todas as mercadorias como valores. Devemos perguntar: por que o dinheiro nunca executou essa função em sociedades prévias? Essa é justamente a frase que Marx faz no primeiro capítulo de *O capital*, quando ele discute a incapacidade de Aristóteles de produzir a explicação da forma-valor. Lembre-se que a razão pela qual Aristóteles não pôde explicar a forma-valor não foi porque não dispunha de um conceito de dinheiro, mas que ele não tinha um conceito de valor, em que todas as coisas pudessem ser reduzidas a uma substância homogênea, a saber: o trabalho. Essa substância homogênea não pode ser o trabalho concreto, mas, como Postone aponta, um tipo de trabalho abstrato específico do capitalismo. Assim, Arthur confunde os leitores opondo o trabalho como o sujeito do valor à ideia de que o trabalho aparece socialmente como um meio de aquisição de todo e qualquer produto. É justamente porque o

visão lukacsiana de classe operária como o sujeito-objeto transistórico. No entanto, deveríamos fazer uma pausa antes de concluir, como muitos leitores de Postone o fazem, que a rejeição postoniana do trabalho como o sujeito transistórico implica uma completa rejeição do papel da classe operária na negação do capitalismo. Na verdade, dado que o proletariado é o produtor primário de valor, ele deveria desempenhar um papel crucial na transformação do capitalismo. Em seu livro, ele sugere que, para um movimento preocupado com que os operários sigam para além do capitalismo,

Este deveria tanto defender os interesses dos operários quanto participar de sua transformação – por exemplo, ao trazer à tona a dada estrutura do trabalho, e não identificar mais as pessoas em termos daquela estrutura, ao mesmo tempo que participa do redimensionamento daqueles interesses (POSTONE, 1993, p. 372).

Essa passagem mostra que, quando lemos a obra de Postone, não deveríamos partir de sua negação de que o proletariado seja o sujeito da história à conclusão que recusa ao proletariado um papel essencial em um movimento político que sinalizaria para além do capitalismo. Naturalmente, o problema é que o proletariado deve participar de um movimento paradoxal que nega a si mesmo e aponta para um mundo não dominado pelo trabalho proletário. Eles devem perceber que são parte da solução somente na medida em que reconheçam que são parte do problema. Entretanto, é justamente porque eles são uma parte fundamental do capitalismo que devem participar de qualquer tentativa de superação deste.

## Conclusão

O livro de Postone, *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx* foi primeiramente publicada em 1993, poucos anos depois da

---

trabalho abstrato é a substância do valor, que o trabalho é o meio de aquisição de valores de uso na sociedade capitalista. As críticas de Arthur são ainda mais confusas, porque ao acusar Postone de trair a teoria original de Marx, ele esconde o modo como a sua própria teoria do dinheiro se afasta daquela que Marx esboçada em *O capital*. Em seu livro recente, que apresenta, de forma geral, uma leitura muito elucidativa de Marx, explicitamente critica tanto Hegel quanto Marx porque “nenhum deles entendeu o quão ‘particular’ uma economia do dinheiro é” (ARTHUR, 2004b, p. 9). Em suma, Arthur pretende conferir ao dinheiro uma função maior e de mais poder do que Marx lhe concede em *O capital*.

queda do muro de Berlim e, desde então, a relevância das ideias desse texto e da teoria de Postone em geral vem se tornando mais visível. Enquanto escrevo essa introdução, as pessoas em todo mundo enfrentam uma crise do capitalismo global. As explicações para essa crise variam, mas dado o aumento das demissões e o desemprego, parece claro que a contradição que Postone ressaltava sistematicamente, a saber, aquela da dinâmica do capital que faz do trabalho proletário ao mesmo tempo necessário e obsoleto, desempenha um importante papel. A questão para o futuro permanece: como um movimento político poderia agarrar a oportunidade, nessa crise, de transformar a dinâmica que domina nossas vidas e desdenha dos ideais da democracia e da liberdade? O estudo de Postone mostra que a esperança na democracia não reside em meras reformas institucionais, mas na ação política que renega os processos não-democráticos que impulsionam e destroem as organizações contemporâneas. Essa convocação pode parecer utópica, mas é na verdade necessária. Como apontou Christopher J. Arthur, a dinâmica do capitalismo constantemente explora tanto a natureza quanto o trabalho humano e, portanto, este será superado em curto prazo por meio da revolução ou em longo prazo através do colapso ecológico (ARTHUR, 2004a, p. 99). O último resultado seria, em certo sentido, o triunfo consumado da heteronomia, uma vez que as condições para a vida humana não mais existirão. O estudo de Postone representa uma tentativa de lançar as bases de realização da primeira possibilidade, e de criar uma saída da história heterônoma.

## Referências

ARTHUR, Christopher J. "Subject and counter-subject". In: **Historical materialism: research in Marxist theory, volume 12.3**, 2004a, pp. 93-102.

ARTHUR, Christopher J. **The new dialectic and Marx's Capital**. Leiden: Brill, 2004b.

CARVER, Terrel (Org.). **Later political writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CUI, Zhiyuan; UNGER, Roberto Mangabeira. "China in the Russian mirror". In: **New left review, vol. 208**, nov. 1994, pp. 78-87.

LUKÁCS, Georg. “Geschichte und Klassenbewusstsein”. In: **Werke**. Früheschriften 2 Berlin: Herman Luchterhand Verlag GmbH, 1968.

LUKÁCS, Georg. **History and class consciousness: studies in Marxist dialectic**. Trad. Rodney Livingston. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1971.

MARX, Karl. **Capital, vol. 1**. Trad. Ben Fowkes. London: Penguin, 1990.

MARX, Karl. “Manifesto of the Communist Party”. In: CARVER, Terrel (Org.). **Later political writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MARX, Karl. **Das Kapital Kritik der Politischen Ökonomie**. Berlin: Dietz, 2007.

MURTHY, Viren. “Reconfiguring historical time: Moishe Postone’s interpretation of Marx”. In: MURTHY, Viren; KOBAYASHI, Yasuo (Orgs.). **History and heteronomy: critical essays**. Tokyo: UTCP, 2009, pp. 09-30.

OSBORNE, Peter. **The politics of time: modernity and avant-garde**. London; New York: Verso, 1995.

OSBORNE, Peter. “Marx and the philosophy of time”. In: **Radical philosophy**, 147, jan./fev., 2008, pp. 15-22.

POSTONE, Moishe. **Time, labor and social domination: a reinterpretation of Marx’s critical theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

POSTONE, Moishe. “The subject and social theory: Marx and Lukács on Hegel”. In: MURTHY, Viren; KOBAYASHI, Yasuo (Orgs.). **History and heteronomy: critical essays**. Tokyo: UTCP, 2009, pp. 63-84.